

# CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **31**

*Informação reportada ao  
segundo trimestre de 2016*



ccdrc

comissão de coordenação  
e desenvolvimento regional  
do centro

# ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 13** Turismo
- 14** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



# 31

Boletim trimestral

*Informação reportada ao segundo trimestre de 2016*

## FICHA TÉCNICA

Editor  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico  
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição  
Outubro de 2016

ISSN  
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt  
www.ccdrc.pt

Alguns dados da informação conjuntural encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



**DATA CENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO  
de PORTUGAL

O Produto Interno Bruto registou um aumento de 0,9% no segundo trimestre do ano. Este crescimento foi idêntico ao do trimestre anterior, assistindo-se a uma desaceleração tanto da procura interna como da procura externa. As exportações e as importações de bens e serviços voltaram a crescer a um ritmo menos acentuado. Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional fixou-se em 10,8% e o nível de preços cresceu 0,5%. A confiança dos consumidores diminuiu e a confiança dos empresários continuou positiva.

No segundo trimestre de 2016, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se uma redução do desemprego e do emprego. A taxa de desemprego regional foi de 8,4%, o que corresponde a 95,5 mil desempregados, e a taxa de emprego da região foi de 53,2% resultado de uma população empregada de 1.045,4 indivíduos. A taxa de atividade diminuiu, dado o decréscimo da população ativa e o aumento da população inativa.

Continuaram as dificuldades no setor empresarial, registando-se uma diminuição do número de empresas constituídas, um decréscimo dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e pelo aumento do crédito vencido, que atingiu um novo máximo histórico. No entanto, as ações de insolvência diminuíram. O setor da construção começou a dar sinais de alguma recuperação, tendo-se observado, contrariamente aos trimestres anteriores, aumentos homólogos nos indicadores do licenciamento. Também os indicadores de obras concluídas dão algumas mostras de melhorias, com abrandamentos no seu ritmo de deterioração. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, na Região Centro, ambos acima da média nacional. O crescimento das entradas foi o mais expressivo, sobretudo da componente extracomunitária.

Foram já aprovadas no Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 1.542 operações prevendo um investimento na região de 543 milhões de euros e envolvendo 264 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Para além deste volume de aprovações do programa regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de 760 milhões de euros de fundos comunitários referentes a projetos na Região Centro.

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto registou um aumento de 0,9% no segundo trimestre do ano. Este crescimento foi idêntico ao do trimestre anterior, registrando-se uma desaceleração tanto da procura interna como da procura externa (já que as exportações e as importações de bens e serviços voltaram a crescer a um ritmo menos acentuado). Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional fixou-se em 10,8% e o nível de preços cresceu 0,5%. A confiança dos consumidores diminuiu e a confiança dos empresários continuou positiva.

**0,9%**  
foi o acréscimo  
homólogo do PIB e

**1,5%**  
o aumento das  
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
PIB <sup>1</sup>	v. h. (%)	0,9	0,9	1,3	1,4	1,5	1,5	0,9
Procura interna	v. h. (%)	0,6	1,7	2,4	2,1	3,7	2,5	2,2
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,7	2,6	2,3	2,3	3,3	2,6	2,3
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-3,0	-1,2	4,4	2,4	8,7	4,2	5,5
Taxa de investimento	%	16,1	16,0	16,2	16,1	16,8	16,4	15,9
Exportações	v. h. (%)	1,5	3,1	2,8	4,0	7,1	5,2	3,9
Importações	v. h. (%)	0,9	4,6	5,3	5,4	12,5	7,6	7,2
VAB	v. h. (%)	0,0	0,4	1,2	1,1	1,1	1,1	0,6
Taxa de desemprego	%	10,8	12,4	12,2	11,9	11,9	12,4	13,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,5	0,5	0,6	0,8	0,7	0,5	-0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-12,6	-11,3	-14,1	-11,2	-12,5	-12,3	-20,2
Indicador de clima económico	%	1,2	0,9	1,0	1,4	1,1	1,0	0,2
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,129	1,102	1,095	1,112	1,105	1,110	1,329
	v. h. (%)	2,2	-2,2	-12,3	-16,1	-19,4	-16,5	0,1

USD - Dólar dos Estados Unidos  
EUR - Euro

No segundo trimestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu 0,9% em volume face ao trimestre homólogo<sup>2</sup>, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Esta taxa de crescimento foi idêntica à observada no trimestre anterior.

A procura interna abrandou, crescendo 0,6% neste trimestre, o que se deveu a um menor crescimento das despesas de consumo final e a uma redução mais expressiva do investimento (diminuiu 3,0% neste trimestre e 1,2% no trimestre anterior). As despesas de consumo final das famílias cresceram 1,7%, em termos homólogos, traduzindo uma ligeira desaceleração, e a taxa de investimento foi de 16,1%.

No que respeita à procura externa, as exportações de bens e serviços registaram a taxa de crescimento mais baixa desde o início de 2013, tendo aumentado 1,5%. Esta desaceleração

<sup>1</sup> Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

<sup>2</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

verificou-se tanto na componente de bens como na de serviços (embora neste último caso tenha registado mesmo um decréscimo homólogo). Também as importações de bens e serviços registaram um menor acréscimo homólogo neste trimestre (0,9%) que se deveu à desaceleração das duas componentes.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação nula no segundo trimestre de 2016, a mais reduzida desde o final de 2013 e resultado do decréscimo homólogo verificado em vários ramos de atividade. A maior diminuição ocorreu no ramo “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (-3,8%). Os ramos da “construção” e da “indústria” voltaram a registar um decréscimo (-3,7% e -1,6%, respetivamente).

Relativamente ao mercado de trabalho, neste trimestre os sinais foram mais positivos. A taxa de desemprego foi de 10,8%, ou seja, menos 1,6 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior e menos 1,1 p.p. do que no homólogo. Estimavam-se 559,3 mil indivíduos desempregados no país, o que traduz uma diminuição quer trimestral como homóloga (de 80,9 e 61,1 mil indivíduos, respetivamente).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um aumento homólogo idêntico ao do trimestre anterior (0,5%). Das 12 classes, apenas três registaram uma diminuição dos preços, mais concretamente, “transportes”; “saúde” e “vestuário e calçado”. Em contraponto, foram as classes “comunicações” e “bebidas alcoólicas e tabaco” que registaram o maior aumento do nível de preços (2,5% e 2,3%, respetivamente).

As expectativas dos consumidores tornaram-se ligeiramente mais negativas, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>3</sup> do INE, e a confiança dos empresários continuou positiva e marginalmente superior à observada no trimestre homólogo, segundo o indicador de clima económico<sup>4</sup>, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio<sup>5</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma valorização do euro, o que se traduz num preço mais elevado para igual quantidade de bens exportados.

<sup>3</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

<sup>4</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

<sup>5</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2016, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se uma redução do emprego e do desemprego. Também a população ativa e a taxa de atividade diminuíram em termos homólogos. Os custos com o trabalho e o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superaram claramente os do trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego<sup>6</sup> do Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2016, a taxa de atividade da população em idade ativa<sup>7</sup> na Região Centro diminuiu face ao trimestre homólogo para os 58,1%, tendo, no entanto, recuperado face ao trimestre anterior, em que se tinha atingido o mínimo histórico desta série, mantendo-se abaixo da média nacional (de 58,3%). A taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (64,0% contra 52,9%).

Neste trimestre, a população ativa<sup>8</sup> da Região Centro ascedia a 1.140,9 mil indivíduos, tendo-se registado um decréscimo de 2,3% face a igual período do ano anterior. Já os inativos<sup>9</sup> totalizavam 1.107,2 mil indivíduos, mais 1,8% do que no trimestre homólogo, evolução que foi impelida pelos reformados, estudantes com 15 e mais anos e outros inativos e contrariada pelos domésticos.

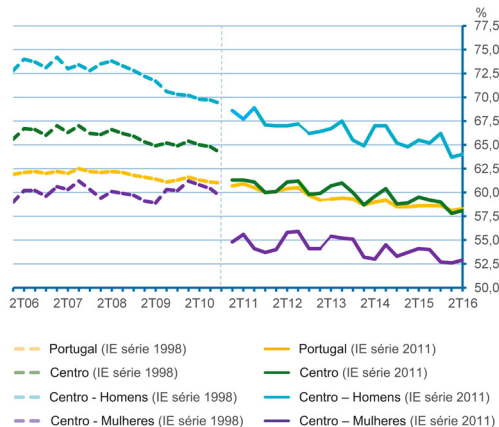
# 8,4%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre

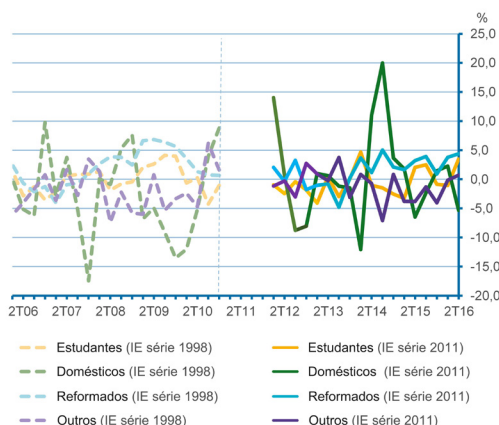
# 58,1%

foi a taxa de atividade da população em idade ativa na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)<sup>10</sup>



<sup>6</sup> No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

<sup>7</sup> A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

<sup>8</sup> Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

<sup>9</sup> A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

<sup>10</sup> A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	58,3	58,1	58,6	58,6	58,6	58,6	58,9	
Centro	%	58,1	57,8	59,0	59,2	59,5	59,2	59,4	
	v. h. (p.p.)	-1,4	-1,1	0,2	-1,2	-0,1	-0,3	-1,0	
População ativa – Centro	milhares	1 140,9	1 135,4	1 156,4	1 163,0	1 168,0	1 161,4	1 170,3	
	v. h. (%)	-2,3	-2,0	-0,1	-2,2	-0,6	-0,8	-2,2	
População inativa – Centro	milhares	1 107,2	1 114,9	1 091,0	1 088,5	1 087,3	1 092,0	1 099,7	
	v. h. (%)	1,8	1,2	-1,4	0,9	-0,9	-0,7	0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	190,3	177,7	171,7	164,4	183,9	174,9	174,9	
	v. h. (%)	3,5	-1,1	-0,9	2,5	2,1	0,0	-0,1	
Domésticos	milhares	95,4	103,7	104,0	107,2	100,8	103,4	104,9	
	v. h. (%)	-5,4	2,3	1,5	-2,4	-6,5	-1,4	4,7	
Reformados	milhares	377,4	387,5	373,0	380,1	361,5	372,0	363,3	
	v. h. (%)	4,4	3,8	0,9	3,9	3,2	2,4	3,0	
Outros	milhares	444,1	446,1	442,3	436,8	441,0	441,7	456,7	
	v. h. (%)	0,7	-0,2	-4,1	-1,3	-3,8	-3,3	-1,6	

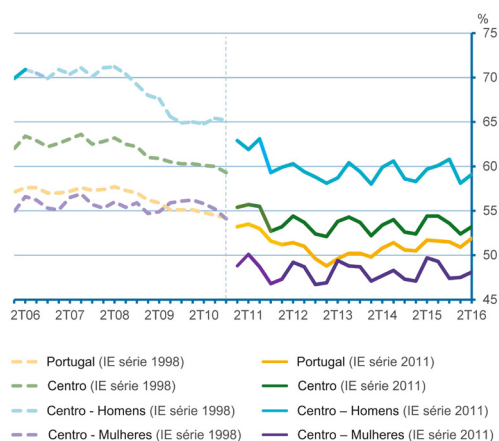
A taxa de emprego<sup>11</sup> da Região Centro, no segundo trimestre de 2016, foi de 53,2%, valor inferior em 1,2% ao do trimestre homólogo e superior à média nacional (51,9%).

<sup>11</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

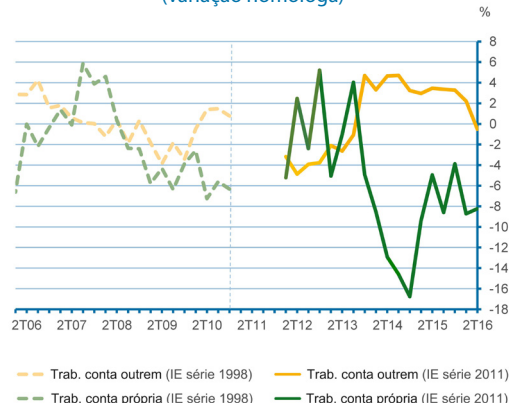
<sup>12</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

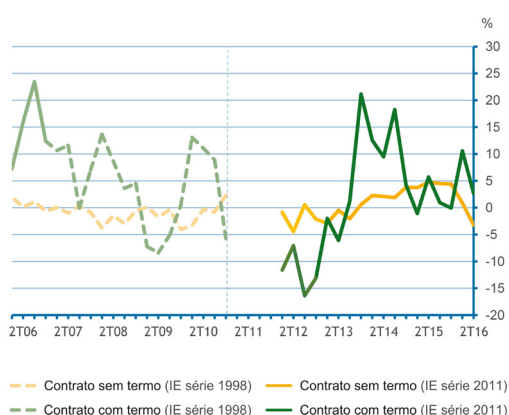
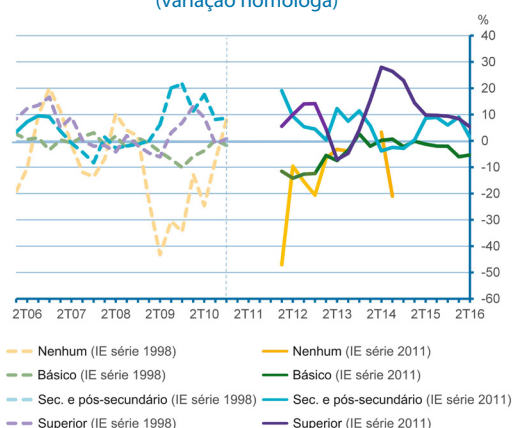
Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.045,4 mil indivíduos, valor abaixo do registado no mesmo período do ano anterior, tendo ocorrido uma contração do emprego em todas categorias analisadas (sexo, grupo etário e setor de atividade). De destacar a redução homóloga de 12,2% no emprego do setor primário. Tanto os trabalhadores por conta de outrem, como os trabalhadores por conta própria diminuíram em termos homólogos (-0,5% e -8,2%, respetivamente). Para a retração dos trabalhadores por conta própria contribuíram tanto os trabalhadores isolados (-8,3%), como os empregadores (-8,0%). Por sua vez, o decréscimo homólogo dos trabalhadores por conta de outrem resultou dos contratados sem termo (-3,2%), do trabalho a tempo parcial (-4,0%) e a tempo completo (-0,2%) e dos trabalhadores com o ensino básico como habilitações (-5,4%).

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão<sup>12</sup> (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro  
por contrato de trabalho  
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro  
por nível de escolaridade mais elevado completo  
(variação homóloga)<sup>13</sup>

Quadro 3 – Emprego		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	51,9	50,9	51,5	51,6	51,7	51,3	50,7
Centro	%	53,2	52,4	53,6	54,4	54,4	53,7	53,0
	v. h. (p.p.)	-1,2	0,0	1,0	0,4	1,0	0,7	-0,5
População empregada – Centro								
	milhares	1 045,4	1 029,8	1 051,8	1 067,4	1 068,5	1 054,3	1 045,8
	v. h. (%)	-2,2	0,0	1,7	0,3	1,5	0,8	-1,3
Homens	v. h. (%)	-1,0	-0,4	3,3	-1,2	-0,8	0,3	-0,6
Mulheres	v. h. (%)	-3,4	0,5	-0,1	1,9	4,0	1,4	-1,9
15 - 24 anos	v. h. (%)	-2,3	9,5	-7,8	-1,8	4,5	-1,1	0,6
25 - 44 anos	v. h. (%)	-2,0	1,8	2,2	1,8	0,8	1,0	0,5
45 anos ou mais	v. h. (%)	-2,3	-2,5	2,2	-0,8	1,8	0,8	-3,1
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-12,2	-11,8	-3,1	-11,7	-11,2	-8,9	-16,6
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-0,3	-2,4	3,4	0,1	3,9	3,9	8,2
Serviços	v. h. (%)	-0,7	3,7	1,9	3,5	3,7	1,8	-0,8
Trabalhadores por conta de outrem								
	milhares	798,8	796,6	813,2	814,4	802,9	802,4	777,0
	v. h. (%)	-0,5	2,2	3,3	3,4	3,5	3,3	4,0
Contratos sem termo	v. h. (%)	-3,2	0,9	4,4	4,5	4,7	4,4	2,5
Contratos com termo	v. h. (%)	2,6	10,6	-0,1	0,9	5,7	1,3	11,0
Tempo completo	v. h. (%)	-0,2	3,0	4,5	3,9	4,3	4,0	4,7
Tempo parcial	v. h. (%)	-4,0	-7,6	-11,3	-3,2	-6,2	-5,7	-3,6
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	-20,7	-7,9
Básico	v. h. (%)	-5,4	-6,0	-2,0	-1,9	-1,3	-1,4	-0,8
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	1,3	9,0	6,1	8,9	8,6	5,9	-0,9
Superior	v. h. (%)	5,3	8,5	9,4	9,7	9,8	10,7	23,1
Trabalhadores por conta própria								
	milhares	237,3	221,9	233,4	245,5	258,6	245,1	262,9
	v. h. (%)	-8,2	-8,7	-3,9	-8,6	-5,0	-6,8	-13,2
Isolados	v. h. (%)	-8,3	-8,4	-5,5	-9,3	-8,0	-8,2	-13,4
Empregadores	v. h. (%)	-8,0	-9,8	2,4	-6,1	7,6	-1,3	-12,5

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

A taxa de desemprego<sup>14</sup> regional foi de 8,4%, no segundo trimestre de 2016, tendo diminuído 0,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo e 0,9 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior. Este valor manteve-se como o mais baixo das sete regiões portuguesas e inferior à média nacional de 10,8%. O escalão etário dos 15 aos 24 anos e as mulheres continuaram a ser os mais afetados pelo desemprego, com a taxa de desemprego jovem a atingir os 25,1% e taxa de desemprego feminina 9,0%.

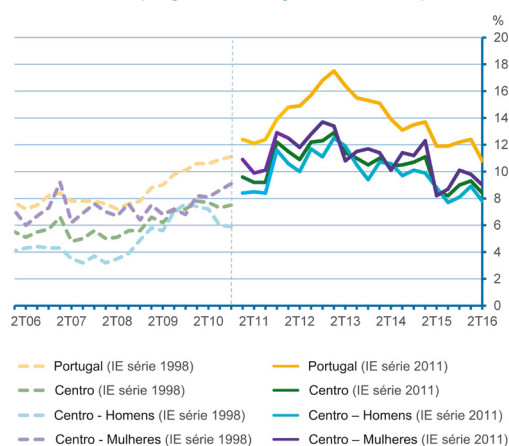
<sup>13</sup> Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

<sup>14</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

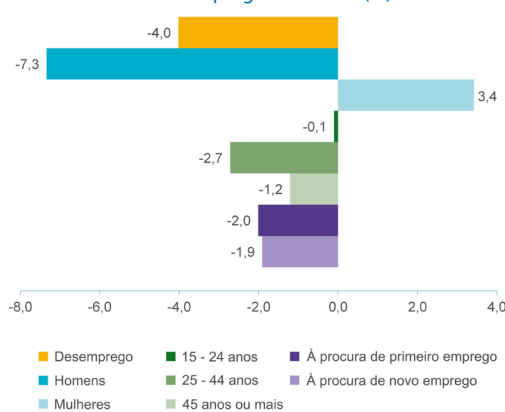


Neste período, na região, encontravam-se desempregados 95,5 mil indivíduos, menos 4,0% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, apenas duas registaram aumentos homólogos: as mulheres desempregadas (7,3%) e os desempregados há menos de 12 meses (0,3%). As restantes categorias conheceram uma contração do desemprego, destacando-se a diminuição dos desempregados à procura do primeiro emprego (-14,6%) e dos homens desempregados (-13,8%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	10,8	12,4	12,2	11,9	11,9	12,4	13,9
Centro	%	8,4	9,3	9,0	8,2	8,5	9,2	10,6
	v. h. (p.p.)	-0,1	-1,8	-1,7	-2,3	-1,9	-1,4	-0,8
Homens	%	7,8	8,9	8,1	7,7	8,8	8,7	10,3
Mulheres	%	9,0	9,8	10,1	8,7	8,2	9,8	11,0
15 - 24 anos	%	25,1	27,8	32,5	27,9	24,8	28,8	28,2
25 - 44 anos	%	8,3	8,9	8,0	7,9	8,6	9,2	12,0
45 anos ou mais	%	6,4	7,0	6,8	5,6	6,4	6,6	6,9
População desempregada – Centro	milhares	95,5	105,6	104,7	95,6	99,5	107,0	124,5
	v. h. (%)	-4,0	-17,7	-15,2	-23,6	-18,3	-14,1	-14,4
Homens	v. h. (%)	-13,8	-12,3	-18,9	-22,6	-19,0	-17,0	-16,0
Mulheres	v. h. (%)	7,3	-22,3	-11,8	-24,6	-17,6	-11,1	-12,7
15 - 24 anos	v. h. (%)	-0,6	-0,5	27,9	-6,5	-15,1	1,4	-14,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-5,9	-29,2	-34,5	-38,6	-26,4	-24,8	-9,3
45 anos ou mais	v. h. (%)	-3,3	-8,3	-6,4	-6,7	-7,3	-4,7	-5,4
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-14,6	-6,9	29,7	-4,0	-5,5	-0,6	3,7
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-2,2	-19,1	-21,7	-27,3	-20,2	-16,2	-10,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	0,3	-8,2	-12,8	-15,6	-9,5	-13,0	-18,7
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-6,7	-23,3	-16,8	-28,4	-23,0	-14,7	-1,8

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 803 euros, o que corresponde a um aumento homólogo real de 2,7%. Apesar de este acréscimo ter sido superior ao do país (1,1%), o salário médio da região continua bastante abaixo da média nacional de 838 euros.

Também o índice de custo do trabalho<sup>15</sup> aumentou em termos homólogos reais na região (2,1%) e no país (1,1%), retomando a tendência que apenas tinha sido interrompida no trimestre anterior. Para este aumento regional contribuíram tanto os custos salariais, como os outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

<sup>15</sup> O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	838	833	834	829	825	828	813
	v. h. real (%)	1,1	0,5	1,4	0,6	0,9	1,4	0,9
Centro	€	803	796	787	773	778	775	756
	v. h. real (%)	2,7	4,0	2,7	1,1	1,8	2,0	0,5
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	1,1	-1,6	1,7	1,6	1,5	2,3	-0,7
	v. h. real (%)	2,1	-1,0	3,2	3,7	2,5	3,8	-0,9

\* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

## DESEMPREGO REGISTRADO

No segundo trimestre de 2016, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao trimestre homólogo, tal como os novos desempregados. No entanto, também as colocações do IEFP diminuíram ligeiramente em termos homólogos.

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 94,4 mil, menos 3,6% face a igual período do ano anterior.

Para este desempenho contribuiu a diminuição homóloga nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-3,7%), registando-se, em média, por dia, neste trimestre, 336 novos desempregados, menos 13 do que em igual período do ano anterior.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma variação homóloga de -1,0%, mantendo a tendência iniciada no trimestre anterior e que já não sucedia desde o terceiro trimestre de 2012. Em termos médios, ocorreram cerca de 117 colocações por dia, menos uma colocação diária do que em igual trimestre do ano anterior.

# -3,6%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo

# 117

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	94,4	101,8	96,3	93,8	98,0	98,7	114,3
	v. h. (%)	-3,6	-4,6	-9,6	-15,7	-13,6	-13,7	-12,0
Novos desempregados**	milhares	30,2	33,2	36,9	38,1	31,4	35,5	35,5
	v. h. (%)	-3,7	-6,5	-1,4	-0,8	5,3	-0,2	-8,9
Colocações do IEFP**	milhares	10,5	10,1	8,9	11,3	10,6	10,3	9,1
	v. h. (%)	-1,0	-0,7	0,9	14,6	18,9	12,4	22,8

\* valores médios trimestrais

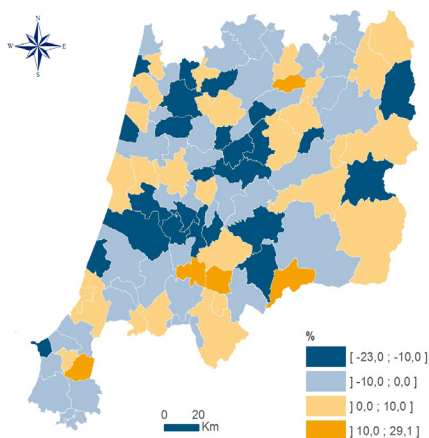
\*\*soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga, por municípios, dos desempregados registados nos centros de emprego da região, verifica-se que em 32 municípios o número de desempregados aumentou, destacando-se, com os maiores crescimentos homólogos (acima dos 15%), Vila Velha de Ródão (29,1%), Vila de Rei (28,4%) e Cadaval (18,1%). Nos restantes 68 municípios verificou-se uma diminuição dos desempregados face a igual período do ano anterior. De destacar, pelas expressivas reduções homólogas ocorridas, Penela (-23,7%), Águeda (-21,7%), Santa Comba Dão (-21,2%) e Manteigas (-21,1%).

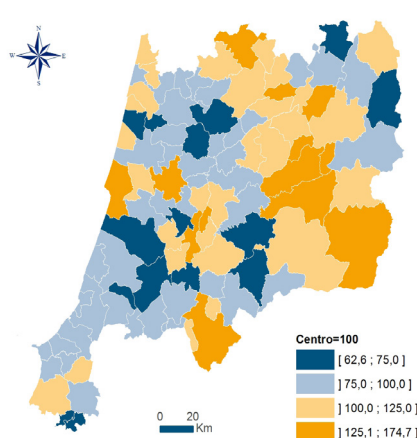
<sup>16</sup> O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:  $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$ , sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 58 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional, ou seja índices de disparidade<sup>16</sup> inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Meda (62,6) e Batalha (65,2). Dos 42 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com índices acima de 150, os municípios de Castanheira de Pera (174,7), Idanha-a-Nova (156,8) e Belmonte (156,3).

Variação homóloga do desemprego registado no segundo trimestre de 2016



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2016<sup>16</sup>



## EMPRESAS

**16**

empresas constituídas por dia, em média, na região

**13,3%**

é o peso do crédito vencido das empresas da região

No segundo trimestre de 2016, assistiu-se na Região Centro, face a igual período do ano anterior, à diminuição das empresas constituídas, dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e das ações de insolvência. O crédito vencido voltou a aumentar, atingindo novo máximo histórico.

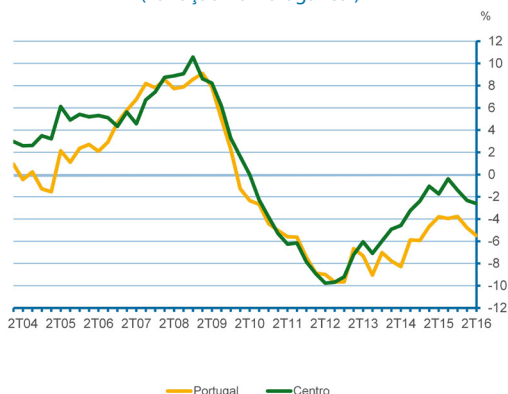
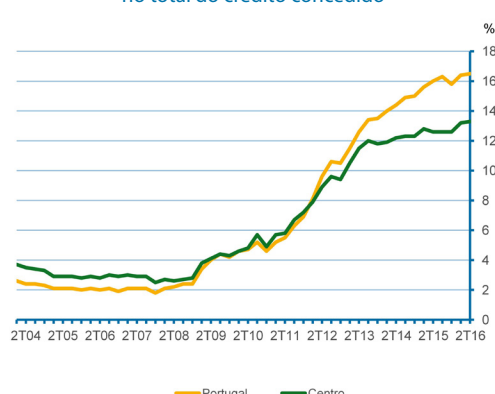
Neste trimestre, foram constituídas 1.468 empresas na Região Centro, correspondendo a uma variação homóloga de -10,8%, muito superior à média nacional de -0,9%. Em termos médios, foram criadas 16 novas empresas por dia na região, menos duas do que em igual período do ano anterior, enquanto no país eram criadas cerca de 104 novas empresas por dia.

As ações de insolvência<sup>17</sup> diminuíram 4,2% em termos homólogos na região, contrariando a tendência de aumento registada a nível nacional (3,4%) e a tendência dos trimestres anteriores. Neste trimestre, em média, ocorreram 25 ações de insolvência por dia em Portugal, das quais 5 eram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de diminuição homóloga real trimestral, verificando-se até alguma aceleração desde o terceiro trimestre de 2015. A evolução regional de -2,6% foi inferior à média nacional de -5,5%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, continuou a aumentar neste trimestre, tendo assumido novos máximos históricos na região, onde alcançou os 13,3%, e no país, 16,5%.

<sup>17</sup> A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras  
(variação homóloga real)Crédito vencido das sociedades não financeiras  
no total do crédito concedido

Quadro 7 – Empresas		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	9 354	10 954	8 353	8 026	9 441	9 373	8 772
	v. h. (%)	-0,9	-6,2	-4,0	4,3	13,0	6,9	1,4
Centro	número	1 468	1 918	1 345	1 431	1 646	1 639	1 480
	v. h. (%)	-10,8	-10,1	-5,0	13,0	15,7	10,7	-2,8
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	81 688	82 688	83 490	84 640	86 051	85 140	88 312
	v. h. real (%)	-5,5	-4,8	-3,8	-4,0	-3,8	-4,1	-7,0
Centro	milhões €	14 724	14 756	14 729	14 972	15 051	14 945	15 046
	v. h. real (%)	-2,6	-2,3	-1,4	-0,4	-1,7	-1,2	-3,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	16,5	16,4	15,8	16,3	16,0	15,9	14,6
Centro	%	13,3	13,2	12,6	12,6	12,6	12,7	12,2
Ações de insolvência								
Portugal	número	2 216	2 215	1 911	1 548	2 144	1 943	1 804
	v. h. (%)	3,4	2,2	6,6	67,2	-2,8	7,7	-19,6
Centro	número	410	449	379	336	428	390	352
	v. h. (%)	-4,2	7,7	14,8	95,3	-6,8	11,0	-24,5

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No segundo trimestre de 2016, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, ambos acima da média nacional. O crescimento das entradas foi o mais expressivo, sobretudo da componente extracomunitária. Já as saídas extracomunitárias de bens registaram uma contração em termos homólogos reais.

As saídas de bens da Região Centro evidenciaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real<sup>18</sup> de 4,9%, acima da média nacional de 3,2%. Para esta evolução apenas contribuiu o mercado intracomunitário, que cresceu 8,6%, pois as saídas de bens para países fora da União Europeia registaram uma contração de 8,4% em termos homólogos reais.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais<sup>19</sup> da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em nove, com destaque para as secções “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (15,2%), “material de transporte” (12,7%) e “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (11,2%), que evidenciaram os aumentos mais significativos e representavam, no seu conjunto, 26% das saídas de bens da região no trimestre. As secções “animais vivos e produtos do reino animal” (-8,0%), “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras”

### 4,9%

foi o crescimento homólogo real das saídas de bens da região e

### 5,7%

o das entradas extracomunitárias de bens

<sup>18</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

<sup>19</sup> Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

(-4,3%) e “metais comuns e suas obras” (-2,7%), responsáveis por 19% das saídas da região no trimestre, foram as únicas a registar diminuições homólogas reais.

À semelhança das saídas, também nas entradas de bens na Região Centro ocorreu um crescimento homólogo real que atingiu os 5,7% e superou a média nacional (2,5%). Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas oriundas do mercado extracomunitário sido bastante mais expressivo (11,0% contra 4,8%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, verificaram-se variações homólogas reais positivas em 11 das 12 secções consideradas, com destaque para os grupos “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (29,7%) e “produtos do reino vegetal” (22,7%), com crescimentos acima dos 20% e responsáveis por 9% das entradas na região no trimestre em questão. Apenas a secção “Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” registou uma variação homóloga negativa (-2,5%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	12 813,8	11 969,1	12 493,5	12 163,6	13 035,1	12 456,4	12 013,4
	v. h. real (%)	3,2	2,3	2,4	5,3	8,7	5,8	3,1
Intracomunitárias	milhões €	9 765,5	9 287,9	9 133,8	8 772,1	9 450,8	9 064,3	8 511,2
	v. h. real (%)	8,5	8,2	8,2	8,3	9,9	8,7	3,8
Extracomunitárias	milhões €	3 048,2	2 681,2	3 359,7	3 391,5	3 584,3	3 392,0	3 502,2
	v. h. real (%)	-10,7	-14,0	-10,6	-1,7	5,5	-1,2	1,3
Centro	milhões €	2 505,0	2 430,0	2 438,4	2 307,2	2 507,9	2 412,0	2 313,0
	v. h. real (%)	4,9	5,2	4,7	6,7	7,0	6,4	5,4
Intracomunitárias	milhões €	2 029,9	1 968,2	1 869,4	1 781,3	1 963,0	1 874,7	1 757,1
	v. h. real (%)	8,6	8,3	8,2	9,4	8,6	8,9	6,4
Extracomunitárias	milhões €	475,1	461,8	569,0	525,9	544,8	537,3	555,9
	v. h. real (%)	-8,4	-6,0	-5,3	-1,6	1,7	-1,4	2,1
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	15 409,2	14 389,7	15 186,4	14 899,8	15 975,1	15 077,6	14 758,0
	v. h. real (%)	2,5	6,9	5,4	6,4	13,0	7,5	6,4
Intracomunitárias	milhões €	12 030,2	11 252,6	11 808,4	11 267,2	11 976,1	11 537,9	11 035,7
	v. h. real (%)	6,7	7,4	7,7	9,7	13,9	10,0	10,5
Extracomunitárias	milhões €	3 379,0	3 137,1	3 378,0	3 632,6	3 999,0	3 539,6	3 722,4
	v. h. real (%)	-10,3	5,5	-1,8	-2,7	10,2	0,1	-4,1
Centro	milhões €	2 057,6	1 957,8	1 938,5	1 864,4	2 066,7	1 938,8	1 847,7
	v. h. real (%)	5,7	9,9	10,4	11,1	14,1	10,4	6,0
Intracomunitárias	milhões €	1 548,7	1 606,7	1 532,9	1 724,6	1 606,5	1 614,6	1 561,1
	v. h. real (%)	4,8	6,3	9,7	12,3	8,3	8,9	4,3
Extracomunitárias	milhões €	350,1	370,9	327,3	324,8	334,9	324,2	286,6
	v. h. real (%)	11,0	26,8	33,4	16,0	21,5	19,1	16,2

\*Os valores de 2014 são definitivos, os de 2015 provisórios e os de 2016 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

## TURISMO

# 7,9%

foi o crescimento homólogo dos hóspedes na região

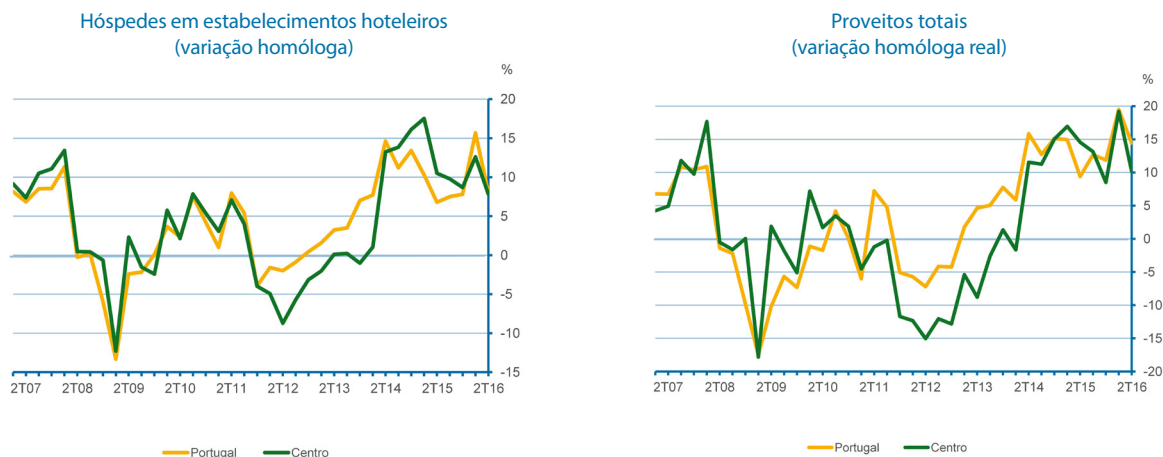
A Região Centro conseguiu captar, no segundo trimestre de 2016, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior.

# 10,2%

foi o crescimento real dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros face a igual período do ano anterior

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros da região acolheram mais 7,9% de hóspedes do que em igual período do ano anterior, tendo este aumento ficado um pouco abaixo da média nacional (8,1%). Face ao período homólogo, também se registaram mais dormidas (7,2%), igualmente abaixo da média do país (8,2%). A estada média cifou-se em 1,7 noites na Região Centro e 2,8 noites em termos nacionais, mantendo-se inalterada face a igual período do ano anterior.

Os estabelecimentos hoteleiros da região também geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 10,2%, valor abaixo da média nacional de 14,4%. Para esta evolução regional foi determinante o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 11,8%), que representavam, neste trimestre, 66% dos proveitos totais.



Quadro 9 – Turismo*		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	5 301	3 221	3 600	6 069	4 905	4 340	4 026	
	v. h. (%)	8,1	15,7	7,8	7,5	6,8	7,8	12,0	
Centro	milhares	751	480	552	906	696	645	581	
	v. h. (%)	7,9	12,6	8,7	9,8	10,5	10,9	11,9	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	14 674	8 369	9 230	18 885	13 557	12 213	11 530	
	v. h. (%)	8,2	16,6	6,6	4,7	4,6	5,9	11,0	
Centro	milhares	1 259	779	902	1 741	1 174	1 126	1 036	
	v. h. (%)	7,2	13,4	6,4	6,4	9,2	8,7	10,9	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,8	2,6	2,6	3,1	2,8	2,8	2,9	
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,6	1,9	1,7	1,7	1,8	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	769 958	395 500	468 156	1 011 822	669 801	619 746	550 527	
	v. h. real (%)	14,4	19,5	11,9	12,7	9,4	12,0	13,0	
Centro	milhares €	56 641	35 300	42 436	78 020	51 172	50 271	44 228	
	v. h. real (%)	10,2	19,2	8,5	13,1	14,6	13,1	10,0	

\* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2016 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No segundo trimestre de 2016, o setor da construção começou a dar sinais de alguma recuperação, tendo-se observado, contrariamente aos trimestres anteriores, aumentos homólogos nos indicadores do licenciamento. Também os indicadores de obras concluídas dão algumas mostras de melhorias, com abrandamentos no seu ritmo de deterioração. No entanto, as variáveis relativas ao crédito à habitação continuam a registar evoluções desfavoráveis.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.242 edifícios, representando um aumento de 7,3% face ao trimestre homólogo, igualmente verificado a nível nacional mas de forma mais expressiva (11,6%). Este aumento veio interromper as sucessivas quedas que já se registavam desde o primeiro trimestre de 2008 (início da compilação da série). Os restantes indicadores do licenciamento também aumentaram, dando sinais de, finalmente, o setor estar a recuperar da profunda recessão em que estava mergulhado. Assim, o licenciamento de construções novas

# 7,3%

foi o crescimento homólogo dos edifícios licenciados na região

# 2,4%

foi a evolução homóloga real regional da avaliação bancária da habitação



na região aumentou 2,6% face ao período homólogo e os novos fogos para habitação familiar licenciados 26,6%.

Os edifícios concluídos voltaram a diminuir na região (-14,8% face a igual período do ano anterior), apesar de se notar um abrandamento no ritmo da contração, tendo sido concluídos, neste trimestre, 798 edifícios. Para esta retração, também registada a nível nacional, contribuiu a queda na conclusão de construções novas (-11,7%). No entanto, os novos fogos concluídos para habitação familiar aumentaram face a igual período do ano anterior (3,6%), mantendo-se a tendência iniciada no trimestre anterior e que veio interromper as quebras consecutivas que já se registavam deste o segundo trimestre de 2007.

Os empréstimos concedidos para habitação diminuíram em termos homólogos reais 2,9% na região e 3,0% no país. O crédito à habitação vencido voltou a aumentar (4,6% na região e 3,7% no país, em termos homólogos reais), aumentando também o peso do crédito vencido no crédito à habitação concedido para os valores máximos registados desde o início da compilação da série em 2009: 2,8% na região e 3,1% no país.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 2,4% em termos homólogos reais, sendo cada metro quadrado destinado a habitação na região avaliado pelas entidades bancárias em 877 euros. Apenas na Região de Coimbra o valor médio da avaliação bancária diminuiu em termos homólogos reais. Das restantes sub-regiões, os aumentos mais expressivos ocorreram na Região de Leiria (5,8%), no Médio Tejo (3,4%) e na Beira Baixa (3,3%).

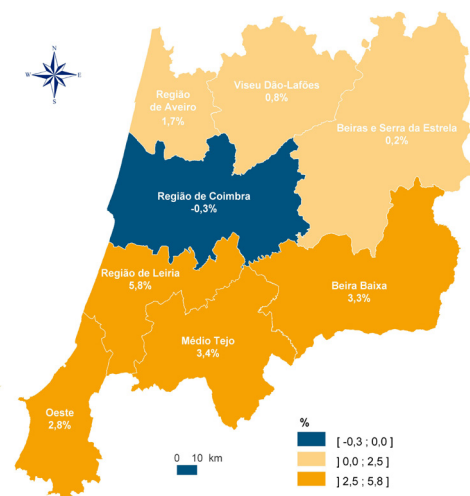
Considerando as diferentes tipologias de habitação, verificou-se um aumento de 0,4% em termos homólogos reais no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,3% nas moradias. A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (979€/m<sup>2</sup>) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.057€/m<sup>2</sup>). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (918€/m<sup>2</sup>), enquanto a menos elevada ocorria na Beira Baixa (706€/m<sup>2</sup>). Esta sub-região era também a menos valorizada em termos médios globais (743€/m<sup>2</sup>).

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
		média trimestral						
Edifícios licenciados								
Portugal	número	4 152	3 784	3 747	3 528	3 719	3 737	3 865
	v. h. (%)	11,6	-4,3	-1,1	-6,0	-6,7	-3,3	-5,2
Centro	número	1 242	1 141	1 175	1 117	1 158	1 160	1 316
	v. h. (%)	7,3	-4,0	-5,5	-13,2	-13,7	-11,9	-8,6
Construções novas	número	785	757	743	732	765	754	776
	v. h. (%)	2,6	-2,2	-5,9	-2,7	-1,8	-2,9	-3,7
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	26,6	15,6	21,0	7,1	1,8	11,5	-1,3
Edifícios concluídos*								
Portugal	número	2 456	2 491	2 610	2 723	2 749	2 743	3 396
	v. h. (%)	-10,7	-13,8	-18,4	-20,1	-17,7	-19,2	-12,0
Centro	número	798	793	872	873	937	919	1 174
	v. h. (%)	-14,8	-20,1	-21,4	-27,4	-17,8	-21,7	-9,2
Construções novas	número	530	536	573	574	600	599	767
	v. h. (%)	-11,7	-17,4	-18,1	-26,3	-19,4	-21,9	-11,2
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	3,6	6,6	-23,0	-41,6	-23,0	-31,9	-21,1
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-3,0	-3,2	-3,6	-4,0	-4,2	-3,8	-3,2
Centro	v. h. real (%)	-2,9	-3,1	-3,4	-3,8	-4,0	-3,6	-3,2
Crédito à habitação vencido**								
Portugal	v. h. real (%)	3,7	3,7	3,3	-0,6	2,9	2,4	11,1
Centro	v. h. real (%)	4,6	4,7	8,7	0,0	4,0	4,4	9,4
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m <sup>2</sup>	1 059,7	1 048,0	1 044,7	1 038,0	1 024,0	1 029,3	1 008,3
	v. h. real (%)	3,0	3,1	3,0	0,3	2,0	1,6	0,5
Centro	€/m <sup>2</sup>	876,7	854,0	854,3	850,3	852,7	850,9	841,1
	v. h. real (%)	2,4	0,4	0,1	-0,7	2,0	0,7	0,4

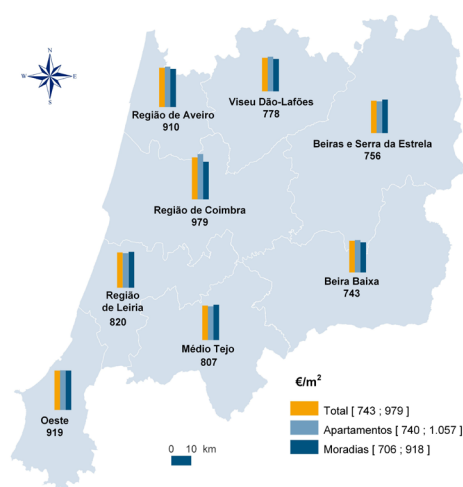
\* Os valores de 2014 e 2015 foram revistos. Os valores de 2016 são dados provisórios estimados.

\*\* Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2016



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2016



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre de 2015. A maioria dos indicadores representativos do consumo privado regional apresentaram, neste trimestre, evoluções favoráveis.

Os níveis médios de preços na região e no país, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, neste trimestre, um aumento de 0,4% e 0,5%, respetivamente, face ao período homólogo, mantendo-se a tendência de aumento iniciada no segundo trimestre de 2015 e que veio interromper a série de diminuições homólogas consecutivas que já se registavam desde o quarto trimestre de 2013. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos as “comunicações” (2,7%) e as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,1%). Apenas duas classes de despesa registaram variações negativas face a igual período do ano anterior: “transportes” (-1,5%) e “saúde” (-1,1%).

### 0,4%

foi a taxa de inflação homóloga regional

### 0,1%

foi o crescimento homólogo real dos empréstimos para consumo

Quadro 11 – Preços		2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	0,5	0,5	0,6	0,8	0,7	0,5	-0,3	
Centro	v. h. (%)	0,4	0,4	0,4	0,6	0,5	0,3	-0,3	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,2	-0,5	0,5	2,0	1,9	1,2	-1,2	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,1	3,8	3,9	4,3	4,6	4,0	3,0	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	1,3	-0,6	-2,5	-2,0	-2,0	-1,6	0,1	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,2	0,2	-0,7	-0,8	0,1	-0,5	1,2	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,7	1,0	0,2	0,9	0,7	0,7	-0,2	
Saúde	v. h. (%)	-1,1	-0,3	0,1	0,4	0,5	0,4	0,8	
Transportes	v. h. (%)	-1,5	-1,4	-0,6	-2,0	-0,9	-1,7	-1,6	
Comunicações	v. h. (%)	2,7	4,5	4,8	4,9	3,9	4,0	1,1	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	1,1	1,9	0,6	-0,3	-1,3	-0,7	-1,5	
Educação	v. h. (%)	0,4	0,4	0,4	0,8	0,7	0,7	0,8	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,2	0,5	1,0	1,7	0,9	1,1	0,3	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,0	1,6	2,1	1,0	0,2	0,7	-0,5	



Quanto aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, na região e no país, ao aumento homólogo das importações de bens de consumo, dos levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático, mantendo-se a tendência dos trimestres anteriores e apontando estas evoluções para uma recuperação do consumo privado.

As variáveis relativas ao crédito para consumo que, trimestre, após trimestre, apresentavam evoluções nacionais e regionais desfavoráveis, registaram, neste período, um ponto de inflexão na Região Centro. De facto, enquanto, a nível nacional, os empréstimos concedidos para consumo desaceleraram mas continuaram a diminuir em termos homólogos reais (-0,8%), na Região Centro, esta variável aumentou, ainda que de forma muito ténue (0,1%), o que já não sucedia desde o primeiro trimestre de 2010. Também o peso do crédito para consumo vencido diminuiu na região, quer relativamente ao trimestre anterior, quer face ao período homólogo, cifrando-se nos 12,9%, contrariando a tendência nacional de aumento (a média nacional foi de 14,3%).

Apesar destas evoluções positivas nestes indicadores representativos do consumo privado, as receitas de cinema registaram, neste trimestre, uma quebra homóloga real muito acentuada: -21,3% na Região Centro e -15,7% em Portugal.

Quadro 12 – Consumo Privado			2T16	1T16	4T15	3T15	2T15	2015	2014
			média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)		12,3	11,0	9,3	13,4	14,4	12,3	7,7
Centro	v. h. real (%)		12,3	11,6	4,8	17,0	15,3	10,4	-15,5
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)		-15,7	18,5	6,6	32,7	16,6	19,0	-4,0
Centro	v. h. real (%)		-21,3	20,0	7,8	46,5	22,9	26,4	-3,9
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)		-0,8	-1,7	-1,2	-2,7	-3,4	-4,9	-8,6
Centro	v. h. real (%)		0,1	-0,9	-0,8	-2,5	-3,5	-4,7	-8,8
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%		14,3	14,2	14,1	14,8	14,9	14,6	14,0
Centro	%		12,9	13,0	12,9	13,3	13,4	13,2	13,3
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)		0,9	1,5	0,5	0,0	0,7	0,7	1,4
Centro	v. h. real (%)		0,9	1,6	0,8	0,2	0,7	0,8	1,0
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)		3,7	0,3	3,1	2,6	2,5	3,6	3,9
Centro	v. h. real (%)		3,4	0,9	2,9	2,7	2,0	3,2	3,6
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)		7,3	7,3	3,3	7,4	8,0	6,9	7,2
Centro	v. h. real (%)		6,3	7,2	2,2	5,9	6,6	5,3	6,5

\* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2014 são definitivos, os de 2015 provisórios e os de 2016 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

\*\* Os dados de 2016 das receitas de cinema são provisórios.

\*\*\* Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

## POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

Foram já aprovadas no Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 1.542 operações prevendo um investimento na região de 543 milhões de euros e envolvendo 264 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Para além deste volume de aprovações do programa regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de 760 milhões de euros de fundos comunitários referentes a projetos na Região Centro.

# 1.542

*operações aprovadas e*

# 264

*milhões de euros de fundos comunitários aprovados no Centro 2020 no final de junho de 2016*

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as regiões autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do Portugal 2020 para o período de programação 2014-2020 é 25 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos beneficiários da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional Centro 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos Programas Operacionais Temáticos.

### Centro 2020

No Centro 2020, até ao final de junho de 2016, houve uma procura significativa, tendo sido apresentadas quase cinco mil candidaturas. Destas, foram aprovadas 1.542, prevendo um investimento total de 543,3 milhões de euros e uma comparticipação financeira de 264 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Em termos médios, cada projeto aprovado no programa operacional regional envolve um investimento médio de 352 mil euros.

Quadro 13 - Monitorização do Centro 2020: Aprovações (valores acumulados)

Concursos e Operações aprovadas		junho 2016	março 2016	dezembro 2015	setembro 2015
Concursos/períodos de candidatura					
Total	número	93,0	68,0	53	46
Fundo comunitário	milhões €	922,2	530,5	283,0	250,5
	% da dotação de fundo	42,8	24,6	13,1	11,6
Em aberto	número	21	10	9	11
Fundo comunitário	milhões €	492,5	189,7	39,0	26,3
Encerrados	número	72	58	44	35
Fundo comunitário	milhões €	429,8	340,8	244,0	224,2
Candidaturas apresentadas					
Total	número	4 975	3 768	3 268	2 961
Investimento total previsto	milhões €	1 934,5	1 351,1	996,5	946,5
Operações aprovadas					
Total	número	1 542	1 229	936	499
Investimento total	milhões €	543,3	364,5	292,6	169,0
Investimento elegível	milhões €	444,8	289,3	234,9	117,7
Fundo comunitário	milhões €	264,0	164,1	138,0	71,2

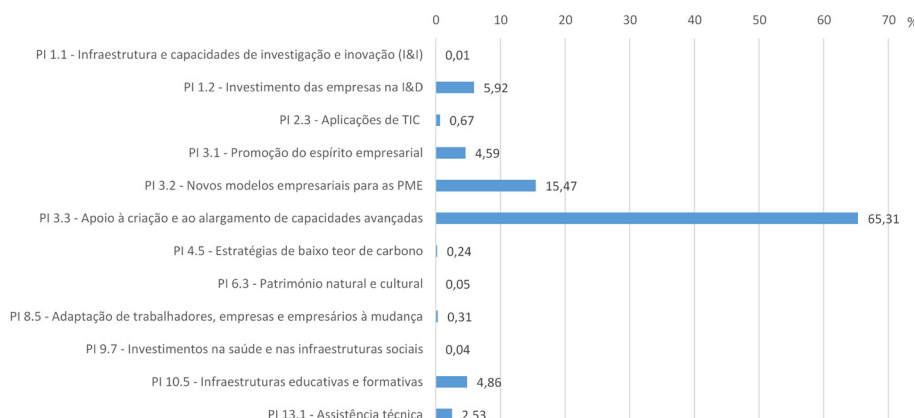
O volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial, no domínio da competitividade e internacionalização, dada a situação económica do país e os objetivos estipulados para estimular o investimento produtivo gerador de emprego. Para além das 1.429 candidaturas aprovadas neste âmbito, estão ainda aprovadas mais 32 operações de outras prioridades de investimento que envolvem FEDER, em que se destacam os Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das CIM (PI 4.5); Lojas de Cidadão (PI 2.3) e infraestruturas escolares (PI 10.5). Ao nível do FSE, estão aprovados 81 projetos empresariais destinados a promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, com uma comparticipação de 820 mil euros.

Cerca de 65% do valor de fundos comunitários aprovados no Centro 2020 respeita à PI 3.3 destinada à concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços. É, no entanto, de referir que uma parte importante do valor de incentivo aprovado nesta PI (50 milhões de euros) está afeto a Instrumentos Financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o Centro 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD). A IFD foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Quadro 14 - Aprovações no Centro 2020 por Prioridade de Investimento e Tipologia de projeto/operação  
(30 de junho de 2016)

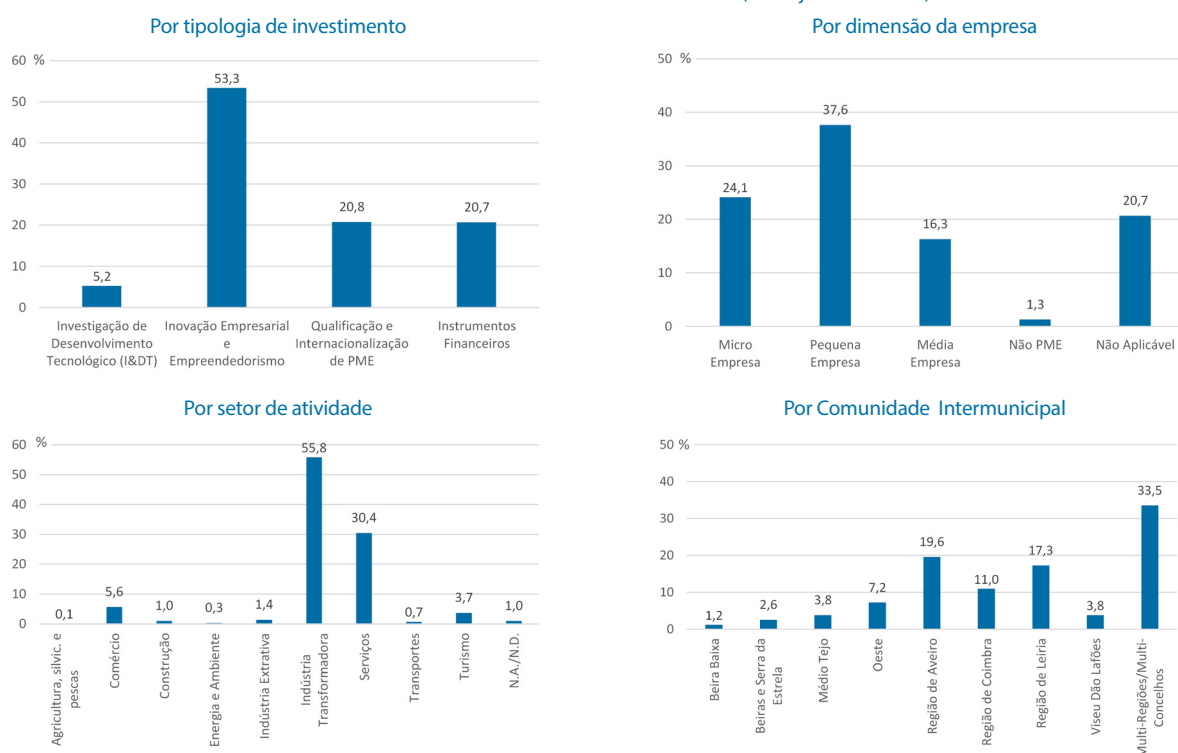
Prioridade de investimento	Tipologia de projeto/ operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
		N.º	Milhares de euros		
PI 1.1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Propriedade Industrial	3	25	25	21
PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	I&DT - Copromoção	10	6 219	6 120	4 321
	I&DT - Vale I&D	86	1 659	1 659	1 244
	I&DT - Individuais	18	9 401	7 853	5 270
	I&DT - Propriedade Industrial	2	212	193	96
	I&DT - Demonstradores Copromoção	1	1 936	1 920	1 295
	I&DT - Demonstradores Individuais	1	543	543	352
	Inovação - Produtiva não PME	4	7 951	6 637	3 064
PI 2.3 - Reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	6	3 020	2 080	1 768
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial (...), criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas	Inovação - Empreendedorismo	17	15 570	12 345	9 151
	Inovação - Vale Empreendedorismo	219	3 951	3 951	2 963
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	QI PME - Internacionalização	269	129 421	84 749	37 964
	QI PME - Vale Internacionalização	199	3 844	3 844	2 883
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	IF - Instrumentos Financeiros	2	88 571	88 571	50 000
	Inovação - Produtiva PME	161	201 208	183 424	113 446
	QI PME - Qualificação	58	30 103	8 673	3 903
	QI PME - Vale Inovação	379	6 798	6 798	5 099
PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios	Mobilidade Urbana Sustentável	7	765	734	624
PI 6.3 - Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Património natural e cultural	1	142	142	121
PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Inovação - Empreendedorismo	2	20	20	14
	Inovação - Produtiva	31	752	670	452
	QI PME - Individuais	48	637	507	354
PI 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	1	191	120	102
PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Infraestruturas de ensino básico e secundário	11	20 832	15 112	12 845
PI 13.1 - Assistência técnica	Assistência técnica	6	9 547	8 115	6 689
<b>TOTAL CENTRO 2020</b>		<b>1 542</b>	<b>543 320</b>	<b>444 806</b>	<b>264 041</b>

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por Prioridade de Investimento (30 de junho de 2016)



A análise é muito semelhante se for centrada apenas nos projetos empresariais participados pelo Centro 2020, uma vez que, como já foi referido, refletem a grande maioria das aprovações nesta data (mais concretamente 91,3% dos fundos comunitários). Estavam aprovados 241,1 milhões de euros de incentivos, a que correspondem 417,3 milhões de euros de investimento elegível. Deste valor de fundo comunitário, a maior percentagem refere-se a aprovações no âmbito da Inovação Empresarial e Empreendedorismo enquanto apenas 5,2% diz respeito a projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Grande parte do volume de aprovações em Sistemas de Incentivos são dirigidos a pequenas empresas (37,6%) e aos setores de atividade Indústria Transformadora (55,8%) e Serviços (30,4%). Relativamente à distribuição territorial dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020, os maiores valores respeitam a projetos localizados na Região de Aveiro e na Região de Leiria. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica dado que a maioria dos avisos de concurso já abertos respeitam a apoios às empresas e que nestes territórios a densidade empresarial é mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Centro 2020 (30 de junho de 2016)



Nesta fase, a gestão do Portugal 2020 está muito focada nos avisos e nas aprovações dos projetos, havendo, no entanto, um esforço para que a execução seja acelerada. Existem nomeadamente em curso várias iniciativas do programa Acelerador de Investimento para antecipar e acelerar a execução dos projetos e, conseqüentemente, do investimento privado e público no país.

Estão validados 17,6 milhões de euros de despesa de fundos comunitários, o que corresponde, no entanto, a uma taxa de execução de apenas 0,8%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 30,6 milhões de euros, sendo assim superior à despesa já validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 11,6% e numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) bastante superior a 100 (174,5).

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: Execução (valores acumulados)

Execução e Indicadores financeiros		junho 2016
Execução financeira		
Despesa validada		
Investimento (custo) elegível	milhares €	26 655,6
Fundos comunitários	milhares €	17 560,8
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	30 643,0
Indicadores financeiros		
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	12,3
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	0,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	6,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	11,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	174,5

## Portugal 2020 no Centro

No final de junho, estavam aprovados mais de 760 milhões de euros de fundos comunitários, no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro: PO CI, PO CH, PO ISE e PO SEUR.

Relativamente às empresas, para além do Centro 2020, os promotores empresariais da Região Centro poderão também candidatar os seus projetos ao programa operacional Compete 2020. Até ao final de junho de 2016 estavam aprovados no Compete 2020, na Região Centro, 460 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 378,2 milhões de euros e um investimento elegível previsto de 693,6 milhões de euros.

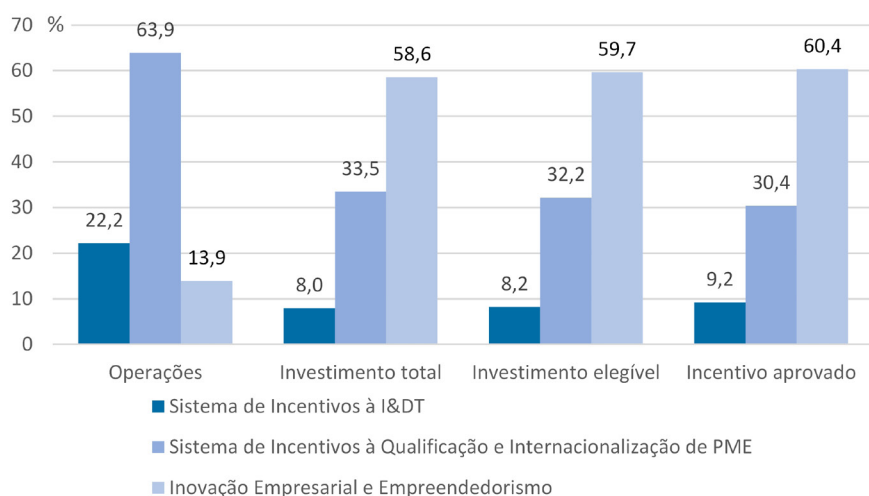
Quadro 16 - Aprovações no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) por Prioridade de investimento, Tipologia de investimento e Tipologia de projeto/operação, na Região Centro (30 de junho de 2016)\*

Prioridade de investimento	Tipologia de projeto/ operação	Tipologia de projeto/ operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
			N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - A promoção do investimento das empresas em investigação e inovação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Investigação de Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)	I&DT - Copromoção	40	38 877	37 553	23 758
		I&DT - Demonstradores Copromoção	6	3 474	3 153	1 760
		I&DT - Demonstradores Individuais	1	171	167	100
		I&DT - Individuais	20	18 460	14 946	8 662
		I&DT - Núcleos	1	262	191	96
		I&DT - Propriedade Industrial	2	195	195	98
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva Não PME	11	70 039	58 490	26 159
		Inovação - Regime Contratual de Investimento	2	49 434	47 934	13 900
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas e ações coletivas	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Empreendedorismo	0	0	0	0
		Inovação - Vale Empreendedorismo	0	0	0	0
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Conjuntos Internacionalização	33	95 221	83 785	45 204
		QI PME - Internacionalização	112	61 302	46 505	20 925
		QI PME - Vale Internacionalização	8	150	150	113
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva PME	26	184 928	168 354	100 605
	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Conjuntos Qualificação	13	15 984	15 260	8 196
		QI PME - Qualificação	45	18 841	12 112	5 495
	QI PME - Vale Inovação	52	962	962	722	
<b>TOTAL PO CI no Centro*</b>			<b>460</b>	<b>778 486</b>	<b>693 640</b>	<b>378 157</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Apesar da maioria dos projetos aprovados respeitarem a operações de qualificação e internacionalização, o maior valor de fundo aprovado destina-se a projetos de inovação nas empresas e de incorporação de fatores imateriais de competitividade. São projetos que envolvem valores médios de investimento e de fundo comunitário aprovado mais elevados. De facto, cerca de 60% dos fundos comunitários aprovados no Compete 2020 na Região Centro referem-se a projetos de inovação produtiva no âmbito desta tipologia.

Incentivos às empresas no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020 na Região Centro (30 de junho de 2016)



A competitividade está muito associada ao capital humano disponível. Assim, o investimento que é feito nesta área é da maior importância estratégica para o país e para as regiões, pois o seu retorno permite corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem ao nível das desigualdades sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, a produtividade dos recursos humanos e a própria especialização da economia.

Apenas existe informação disponível de PO CH até 31 de dezembro de 2015. Assim, até esta data, estavam aprovados 190 milhões de euros de FSE, por este Programa Operacional, destinados ao cofinanciamento de 45 milhões de horas de formação e envolvendo cerca de 48 mil participantes em ações.

Quadro 17 - Aprovações no Programa Operacional Capital Humano (PO CH) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (31 de dezembro de 2015)\*

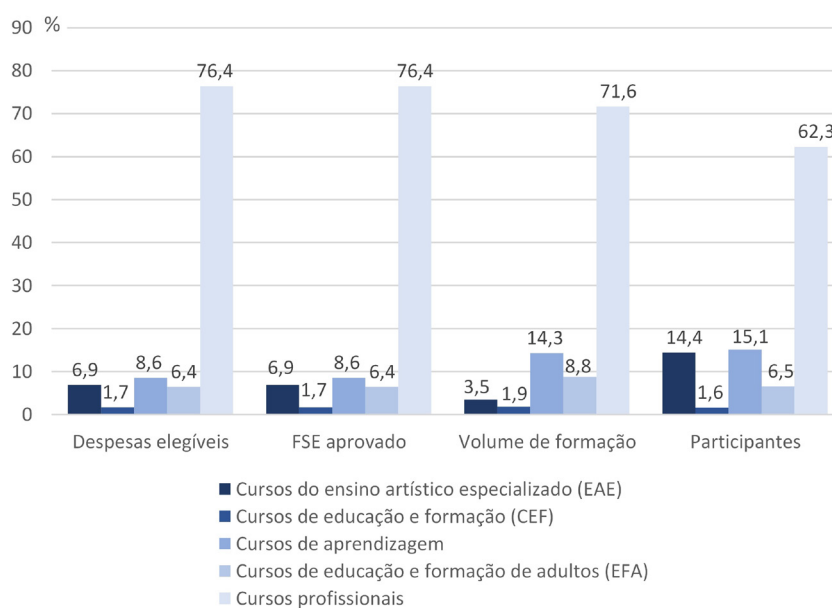
Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado	Volume de formação	Participantes
		Milhares de euros	de euros	Horas	N.º
PI 10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação	Cursos do ensino artístico especializado (EAE)	15 428	13 090	1 542 942	6 881
	Cursos de educação e formação (CEF)	3 833	3 258	833 849	771
PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	Cursos de aprendizagem	19 258	16 370	6 383 664	7 226
	Cursos de educação e formação de adultos (EFA)	14 373	12 217	3 925 006	3 124
PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Cursos profissionais	171 054	145 310	31 998 936	29 725
<b>TOTAL PO CH no Centro*</b>		<b>223 947</b>	<b>190 244</b>	<b>44 684 397</b>	<b>47 727</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.



Cerca de três quartos do valor aprovado destina-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrando para o mercado de trabalho e facilitando a transição da educação para o trabalho. Já no QREN eram os cursos profissionais que absorvem maior valor de fundo comunitário. De entre as restantes ações, a que envolve maior valor de FSE, maior volume de formação e de participantes é a que respeita aos cursos de aprendizagem ao longo da vida, visando a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH) na Região Centro  
(31 de dezembro de 2015)



Como é referido no texto do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), este surge no contexto de crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos anos e que coloca “desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza, da promoção da inclusão social e do emprego, não só no curto mas também no médio prazo. Neste âmbito, tem vindo a assistir-se a um aumento da exposição dos agregados familiares a situações de risco de pobreza e/ou exclusão social, decorrente, em primeira instância, de uma menor participação no mercado de trabalho, resultante do aumento do desemprego e da sua duração. De facto, o acréscimo do desemprego, tanto na sua componente conjuntural como estrutural, conjugado com os baixos níveis de educação e qualificação certificada da população, tem conduzido a uma maior fragilização de vários segmentos sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, da sociedade portuguesa. Portugal continua, assim, a apresentar elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social”.

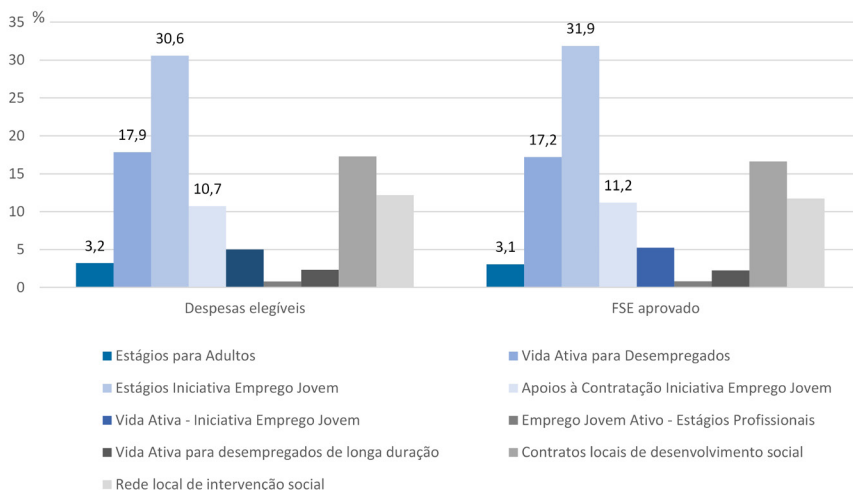
No PO ISE, até 30 de junho de 2016, estavam já aprovados 112,2 milhões de euros de FSE destinados ao cofinanciamento de ações no âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (estágios e apoios à contratação, dos estágios profissionais e dos estágios para adultos); da Inclusão ativa (destinados a desempregados de longa duração e a Contratos Locais de Desenvolvimento Local) e da Rede Local de Intervenção Social. Grande parte do valor aprovado respeita aos projetos da Iniciativa Emprego Jovem que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude. São, no entanto, os estágios que absorvem a grande percentagem da verba total alocada à Iniciativa Emprego Jovem.

Quadro 18 - Aprovações no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (30 de junho de 2016)\*

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado
		Milhares de euros	
PI 8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos	Estágios para Adultos	4 069	3 458
	Vida Ativa para Desempregados	22 683	19 281
PI 8.2 - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas	Estágios Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	38 850	35 742
	Apoios à Contratação Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	13 642	12 550
	Vida Ativa - IEJ	6 387	5 876
	Emprego Jovem Ativo - Estágios Profissionais	1 021	939
PI 9.1 - Inclusão ativa	Vida Ativa para desempregados de longa duração (DLD)	2 971	2 525
	Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	21 940	18 649
PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis	Rede local de intervenção social (RLIS)	15 469	13 148
<b>TOTAL PO ISE no Centro*</b>		<b>127 032</b>	<b>112 170</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) na Região Centro (30 de junho de 2016)



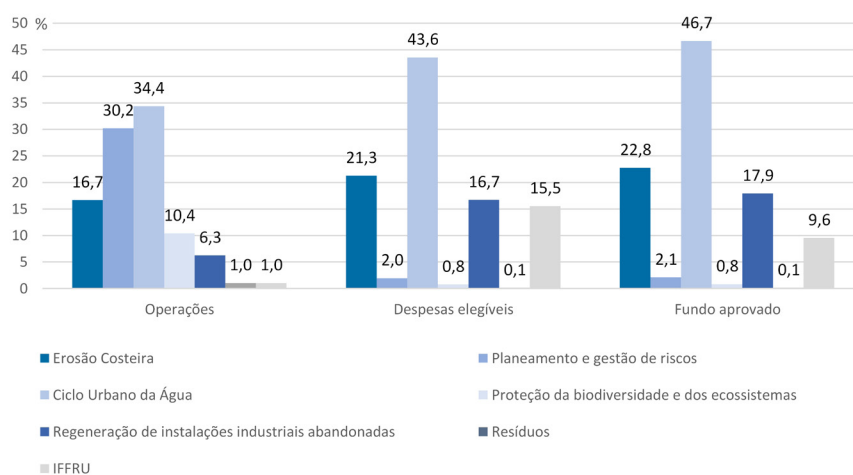
Para a área da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos (PO SEUR), até 30 de junho de 2016, estavam aprovados 96 projetos que envolviam 83,8 milhões de euros de fundo comunitário aprovado. Cerca de 47% do valor de fundo comunitário aprovado respeita a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR. Do volume de aprovações, 23% respeita a projetos de prevenção da erosão costeira, mais concretamente um projeto para redução da erosão costeira do "Sítio" da Barrinha de Esmoriz e zona envolvente promovido pela Polis Litoral Ria de Aveiro; quatro operações relativas ao desassoreamento da zona superior da Lagoa de Óbidos e onze operações para proteção do litoral entre as praias do Furadouro e Vieira, ambas promovidas pela Agência Portuguesa do Ambiente..

Quadro 19 - Aprovações no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) por Eixo prioritário e Categoria de intervenção, na Região Centro (30 de junho de 2016)\*

Eixo prioritário	Categoria de intervenção	Operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
		N.º	Milhares de euros	
Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Erosão Costeira	16	22 438	19 072
	Planeamento e gestão de riscos	29	2 076	1 765
Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	Ciclo Urbano da Água	33	45 982	39 085
	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	10	825	701
	Regeneração de instalações industriais abandonadas	6	17 657	15 008
	Resíduos	1	142	121
Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFFRU)	1	16 400	8 000
<b>TOTAL PO SEUR no Centro*</b>		<b>96</b>	<b>105 520</b>	<b>83 752</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Fundo comunitário aprovado no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) na Região Centro (30 de junho de 2016)



# FONTES

## Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

## Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

## Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

## Empresas

### Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

### IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

## Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

### Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

## Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

### Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

## Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

### Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

## Políticas Públicas no Centro

### Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 1, n.º 2, n.º 3 e n.º 4

### Autoridade de Gestão do Centro 2020

### Sistemas de Incentivo - Compete 2020

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2016 foi recolhida até ao dia 20 de setembro de 2016

